



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
Ibiúna
TRABALHANDO PARA VOCÊ!



Secretaria de
EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 23/2026
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7731/2026
DISPENSA Nº 114/2026

**AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA
FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, CONFORME REGE
O ART. 14 §1º, DA LEI 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, ALTERADA PELA
LEI Nº 14660, DE 23 DE AGOSTO DE 2023 E RESOLUÇÕES VIGENTES DO
FNDE, NO ÂMBITO DO PNAE.**

Entrega dos envelopes: Do dia 29/07/2026 até às 20/08/2026, das 09h até às 16h

Abertura dos envelopes: 21/08/2026 às 09h.

Horário oficial praticado para este certame: horário oficial de Brasília-DF.

Valor estimado: R\$ 1.381.440,33



SUMÁRIO

1. Objeto da chamada pública.	4
2. Da metodologia de preço do pnae	26
3. Limite máximo de comercialização por cadastro nacional da agricultura familiar - caf, por unidade familiar de produção agrária - ufpa, por ano civil e por entidade executora - eex.	27
4. Fonte de recurso.	27
5. Dos fornecedores da agricultura familiar para o pnae.....	28
6. Envelope 1 - para o procedimento de habilitação dos fornecedores.	29
7. Envelope 2 – projeto de venda	30
8. Para o procedimento de seleção.....	31
9. Das amostras dos alimentos.....	33
10. Entrega dos alimentos.	37
11. Pagamento dos(as) fornecedores(as) do pnae.	40
12. Das disposições gerais.	41
anexo i – modelo de projeto de venda	43
anexo ii - modelo de declaração de produção própria	48
anexo iii - modelo de declaração de limite de caf	49
anexo iv - minuta de contrato.....	50
anexo vi - termo de ciência e de notificação.....	67



EDITAL Nº 23/2026
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7731/2026
DISPENSA Nº 114/2026

Chamada Pública nº 02/2026 para **AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME REGE O ART.14, § 1º, DA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, ALTERADA PELA LEI Nº 14.660, DE 23 DE AGOSTO DE 2023, E RESOLUÇÕES VIGENTES DO FNDE, NO ÂMBITO DO PNAE.**

A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ibiúna /SP, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição, no art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a realização de Chamada Pública para aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Os interessados que se enquadrarem na regulamentação da Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006, bem como em seus Decretos e Portarias regulamentadoras, na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e nos artigos 29 a 39 da Resolução CD/FNDE nº 26, de fevereiro de 2026 e suas alterações, poderão participar da Chamada Pública, devendo apresentar a documentação exigida para habilitação, juntamente com o projeto de venda, no **período do dia 29/07/2026 até às 20/08/2026, das 09h até às 16h, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizado na Av. Capitão Manoel de Oliveira Carvalho, nº 51, município de Ibiúna/SP, CEP 18150-334, no horário de funcionamento das 9h às 16h.**

Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital de Chamada Pública e seus anexos deverá ser enviado, por meio do endereço eletrônico licitacao@ibiuna.sp.gov.br, até um dia antes da data fixada para audiência de análise da documentação de habilitação e seleção dos projetos de venda.

Importante: o preço por alimento/item no projeto de venda deve ser o mesmo informado nesse Edital, a qual consta inserido o custo com os insumos. As quantidades de cada



alimento/item, descritas no projeto de venda, deverão ser apenas aquelas de produção própria de cada agricultor familiar.

1. OBJETO DA CHAMADA PÚBLICA.

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a **AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, NO ÂMBITO DO PNAE**, conforme as especificações dos alimentos descritas abaixo:

Nº	PRODUTO	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	PREÇO DE AQUISIÇÃO (R\$)	
1	Abóbora Japonesa	Produto in natura, casca deve ser lisa, sem manchas e opaca, tamanho médio, de boa qualidade, de tamanho e coloração uniforme. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de	Kg	3700	R\$ 4,41	R\$ 16.317,00



		polipropileno reforçados devidamente limpos.				
2	Abobora paulista	Produto in natura podendo ser da variedade "Italiana" ou "Brasileira", a casca deve ser lisa, sem manchas e brilhante tamanho médio, de boa qualidade, de tamanho e coloração uniforme. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	3600	R\$ 4,49	R\$ 16.146,00
3	Abobrinha	Produto in natura, casca deve ser lisa, sem manchas e opaca, tamanho médio, de boa qualidade, de tamanho e coloração uniforme. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros	Kg	3150	R\$ 6,62	R\$ 20.863,50



		defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
4	Acelga	Produto in natura de alta qualidade, sem defeitos, folhas verdes, frescas, bem desenvolvidas e firmes, sem traços de descoloração. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	5900	R\$ 6,64	R\$ 39.195,67



5	Agrião	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, tamanho médio de coloração uniforme, folhas verdes, sem defeitos, sem manchas escuras ou amareladas e sinais de deterioração. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	150	R\$ 10,30	R\$ 1.545,00
6	Alface	Produto in natura de alta qualidade, podendo ser da variedade "Crespa", "Americana", "Lisa", "Mimosa" ou "Romana", sem defeitos, folhas verdes, frescas, bem desenvolvidas e firmes, sem traços de descoloração. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros	Kg	7050	R\$ 9,26	R\$ 65.259,50



		defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
7	Alho	Produto in natura, de alta qualidade, cabeça redonda e cheia, sem dentes soltos, moles e murchos, a parte exterior deve estar intacta e sem manchas. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	3000	R\$ 34,6 7	R\$ 103.995,0 0
8	Alho Poró	Produto in natura, de alta qualidade, talos firmes, cilíndricos e uniformes, com coloração verde intensa na	Kg	2200	R\$ 22,6 6	R\$ 49.844,67



		parte aérea e branca a levemente esverdeada na base. As folhas devem estar íntegras, sem rasgos, manchas, murchamento ou sinais de desidratação. Não deve apresentar enfermidades, danos físicos ou mecânicos decorrentes do manuseio e transporte. Deve ser entregue livre de sujidades, insetos, larvas e quaisquer defeitos que comprometam sua qualidade. Necessita estar isento de resíduos de fertilizantes, agrotóxicos e terra. O acondicionamento deve ser realizado em engradados de polipropileno reforçados, devidamente limpos				
9	Batata	Produto in natura, de alta qualidade, podendo ser da variedade "Inglesa/Lavada" ou "Asterix", firmes, tamanho médio, casca com coloração uniforme e opaca, sem manchas escuras, poucos "olhos", sem brotos ou regiões com coloração esverdeadas, não deve apresentar odor pungente. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros	Kg	29300	R\$ 6,29	R\$ 184.150,5 0



		defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
10	Batata Doce	Produto in natura de alta qualidade, podendo ser da variedade "Amarela", "Branca", "Rosada" ou "Roxa". Devem ser firmes, tamanho médio, casca com coloração uniforme e opaca, sem manchas escuras, poucos "olhos", sem brotos, não deve apresentar odor pungente. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	2100	R\$ 5,51	R\$ 11.571,00



11	Berinjela	Produto in natura de alta qualidade, podendo ser da variedade "Comum" ou "Japonesa", firmes, tamanho médio, casca lisa com coloração roxo escuro uniforme e brilhante. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	1950	R\$ 6,66	R\$ 12.980,50
12	Beterraba	Produto in natura de alta qualidade, firmes, tamanho médio, casca lisa, sem rachaduras, com coloração roxo escuro uniforme e opaca. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre	Kg	2750	R\$ 6,40	R\$ 17.600,00



		de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
13	Brócolis	Produto in natura de alta qualidade, podendo ser da variedade "Ninja" ou "Ramoso". Os ramos devem ser firmes, frescos, intactos, de coloração uniforme e sem manchas amareladas. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	2750	R\$ 15,07	R\$ 41.433,33
14	Cebola	Produto in natura de alta qualidade, bulbos firmes, casca seca com coloração uniforme, sem áreas amolecidas, feridas ou emboloradas. Não deve	Kg	10850	R\$ 5,20	R\$ 56.420,00



		apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
15	Cebolinha	Produto in natura de alta qualidade, folhas firmes, coloração verde uniforme, sem a presença de manchas amareladas ou sinais de deterioração. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	2500	R\$ 26,2 8	R\$ 65.691,67



16	Cenoura	Produto in natura de alta qualidade, firme, sem rachaduras, coloração laranja uniforme, sem a presença de áreas esverdeadas na parte superior. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	5300	R\$ 7,21	R\$ 38.213,00
17	Chuchu	Produto in natura de alta qualidade, firme, sem rachaduras, coloração da casca verde, uniforme e opaca, sem a presença de áreas amareladas. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e	Kg	2600	R\$ 5,09	R\$ 13.234,00



		em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
18	Couve	Produto in natura de alta qualidade, sem defeitos, folhas verdes com coloração uniforme, frescas, bem desenvolvidas e firmes, sem manchas amareladas. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	1200	R\$ 8,52	R\$ 10.228,00
19	Couve - flor	Produto in natura de alta qualidade. Os ramos devem ser firmes, frescos, intactos, de coloração uniforme e sem escuras. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do	Kg	4150	R\$ 19,14	R\$ 79.444,83



		manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
20	Escarola	Produto in natura de alta qualidade, sem defeitos, folhas verdes com coloração uniforme, frescas, bem desenvolvidas e firmes, sem manchas amareladas. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	1500	R\$ 8,81	R\$ 13.215,00



21	Espinafre	Produto in natura de alta qualidade, sem defeitos, folhas verdes com coloração uniforme, frescas, bem desenvolvidas e firmes, sem manchas amareladas. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	2150	R\$ 10,0 9	R\$ 21.693,50
22	Inhame	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, de tamanho médio, casca limpa com coloração uniforme e opaca, sem bolores ou outros defeitos que impactem na qualidade. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade.	Kg	2850	R\$ 10,0 2	R\$ 28.566,50



		Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
23	Mandioca	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, de tamanho médio, casca limpa com coloração marrom uniforme e opaca, sem bolores ou outros defeitos que impactem na qualidade. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	3850	R\$ 7,02	R\$ 27.039,83



24	Mandio- quinha	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, de tamanho médio, casca limpa com coloração amarelada uniforme e opaca, sem bolores, sem manchas escuras, sem rachaduras, sem a presença de líquido pegajoso e sem odor pungente. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	1800	R\$ 8,54	R\$ 15.378,00
25	Milho Verde	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, de tamanho médio, devem estar limpos com coloração amarela uniforme e opaca, sem bolores, sem manchas escuras, sem partes deterioradas e sem odor pungente. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos	Kg	5050	R\$ 7,90	R\$ 39.911,83



		provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
26	Pepino	Produto in natura de alta qualidade, podendo ser das variedades "Comum", "Caipira" ou "Japonês". Devem ser firmes, sem rachaduras, coloração da casca verde, uniforme e brilhante, sem a presença de áreas amareladas. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de	Kg	1150	R\$ 8,13	R\$ 9.353,33



		polipropileno reforçados devidamente limpos.				
27	Quiabo	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, sem rachaduras, coloração verde, uniforme e opaco, sem a presença de áreas amareladas e manchas escuras. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	4050	R\$ 15,39	R\$ 62.309,25
28	Rabanete	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, tamanho médio, casca lisa, sem rachaduras, com coloração rosada uniforme e opaca. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e	Kg	1750	R\$ 9,64	R\$ 16.861,25



		mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
29	Repolho	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, tamanho médio e pesados, folhas verdes, lisas e bem fechadas, sem defeitos, sem manchas escuras ou sinais de deterioração. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	3550	R\$ 4,76	R\$ 16.886,17



30	Salsão	Produto in natura de alta qualidade. Os talos devem ser firmes, tamanho médio de coloração uniforme, folhas verdes, sem defeitos, sem manchas escuras ou amareladas e sinais de deterioração. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	400	R\$ 9,90	R\$ 3.960,00
31	Salsinha	Produto in natura de alta qualidade. Devem ser firmes, tamanho médio de coloração uniforme, folhas verdes, sem defeitos, sem manchas escuras ou amareladas e sinais de deterioração. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros	Kg	2500	R\$ 27,20	R\$ 68.000,00



		defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.				
32	Tomate	Produto in natura de alta qualidade, podendo ser das variedades "Italiano", "Débora", "Carmem", "Holandês" ou "Rasteiro". Os frutos devem ser firmes, tamanho médio de coloração vermelho vivo e uniforme, casca brilhante, sem defeitos, sem manchas escuras e sinais de deterioração. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	10800	R\$ 8,87	R\$ 95.742,00



33	Vagem	Produto in natura de alta qualidade, podendo ser das variedades "Manteiga", "Macarrão" ou "Metro". Devem ser firmes, coloração verde, uniforme e opaco, sem a presença de áreas amareladas e manchas escuras. Não deve apresentar enfermidade ou danos físicos e mecânicos provenientes do manuseio e transporte. Deve ser entregue sem sujidades, larvas e outros defeitos que possam comprometer a qualidade. Necessita estar livre de terra e em conformidade com os limites máximos de resíduos permitidos pela legislação aplicável. O acondicionamento deve ser em engradados de polipropileno reforçados devidamente limpos.	Kg	2150	R\$ 22,10	R\$ 47.515,00
34	Banana Nanica	Produto in natura, de alta qualidade, cachos e pencas bem formados, com frutos de coloração verde a amarelo-claro, uniformes e sem manchas escuras que indiquem deterioração. As bananas devem apresentar casca íntegra, firme, sem rachaduras, amassados, cortes ou sinais de murchamento. Não deve haver presença de	Kg	11450	R\$ 6,19	R\$ 70.875,50



		pragas, enfermidades, danos físicos ou mecânicos decorrentes do manuseio e transporte. O produto deve ser entregue limpo, livre de sujidades, insetos, larvas e quaisquer defeitos que comprometam sua qualidade. Necessita estar isento de resíduos de fertilizantes, agrotóxicos e terra. O acondicionamento deve ser realizado em engradados de polipropileno reforçados, devidamente limpos.				
TOTAL					R\$ 1.381.440,33	

2. DA METODOLOGIA DE PREÇO DO PNAE

2.1 Conforme estabelece da Resolução CD/FNDE vigente, foi calculada a média de preço por alimento/item junto a 03 fornecedores locais. Essa média consta neste Edital e deverá ser reproduzida nos respectivos projetos de venda, contratos e notas fiscais.

2.2 A média de preço definida pela EEx neste Edital de compras corresponde ao valor pago por item/alimento ao fornecedor da agricultura familiar pela comercialização dos alimentos.

2.3 Na pesquisa de preços realizada, não foram considerados os valores obtidos em sítios eletrônicos governamentais, conforme determina o Resolução CD/FNDE vigente.

2.4 Este Edital prevê a aquisição de alimentos:

(X) convencionais.

() convencionais e orgânicos/agroecológicos.

() exclusivamente orgânicos/agroecológicos.



3. LIMITE MÁXIMO DE COMERCIALIZAÇÃO POR CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - CAF, POR UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO AGRÁRIA - UFPA, POR ANO CIVIL E POR ENTIDADE EXECUTORA - EEX.

3.1 Para a comercialização com fornecedores(as) individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados devem respeitar o valor máximo de comercialização no total de R\$ 40,000,00 (quarenta mil reais), por CAF ou NIS, por ano civil, por EEx; e

3.2 Para a comercialização com grupos formais e EFR, o valor máximo a ser contratado com a pessoa jurídica deve considerar o resultado da multiplicação do número de fornecedores com CAF Pessoa Física, inscritos no CAF Pessoa Jurídica, pelo valor individual de comercialização, utilizando-se a seguinte fórmula:

$VMC = NAF \text{ com CAF Pessoa Física} \times \text{valor individual de comercialização}$, até o limite máximo de R\$ 40,000,00 (quarenta mil reais).

VMC: valor máximo a ser contratado de grupos formais e EFR.

NAF: número de associados/cooperados, com CAF Pessoa Física, inscritos no CAF Pessoa Jurídica, com produção própria de cada alimento, integrantes do projeto de venda.

3.2.1 Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda, nos casos de comercialização com os grupos formais.

3.2.2 Cabe às EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda, nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores(as) individuais. A estas também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações, nos casos de comercialização com grupos formais.

4. FONTE DE RECURSO.

4.1 O recurso financeiro a ser utilizado, nesse processo de compra pública são aqueles valores repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE



4.2 A aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos alimentos, será desvinculada do processo de compra do PNAE.

4.3 A EEx optou por adquirir as refeições:

(X) no modelo centralizado.

() no modelo descentralizado e escolarizado.

() mediante terceirização de serviços, somente.

Ficha nº 123 – Funcional Programática nº 12.365.2002.2007 – Elemento Econômico nº 3.3.90.30 – Fonte de Recurso nº 05;

Ficha nº 144 – Funcional Programática nº 12.365.2006.2021 – Elemento Econômico nº 3.3.90.30 – Fonte de Recurso nº 05;

Ficha nº 160 – Funcional Programática nº 12.361.2003.2010 – Elemento Econômico nº 3.3.90.30 – Fonte de Recurso nº 05.

5. DOS FORNECEDORES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE.

5.1 Os fornecedores nesse processo de compra pública deverão ser aqueles que se enquadram:

I - nos requisitos estabelecidos nos incisos I, II, III e IV, nos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, seus Decretos e Portarias regulamentadoras;

II - os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

III - os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil;

IV - as demais UFPA, os empreendedores familiares rurais e as demais formas associativas de organização da agricultura familiar que explorem imóvel agrário em área urbana.

5.2 Os fornecedores da agricultura familiar poderão comercializar sua produção para o PNAE na forma de grupos formais, grupos informais, como Empreendedores Familiares Rurais e como fornecedores individuais.



5.2.1 Em função do grande volume de alimentos a serem obtidos pelo EEx e em concordância com o Art. 37 da Resolução CD/FNDE nº 04/2026, de 26 de fevereiro de 2026, serão aceitas propostas apenas de organizações com CAF Jurídica

5.3 Não poderá participar, direta ou indiretamente, do Edital de Chamada Pública ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. Essa vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme legislação vigente.

6. ENVELOPE 1 - PARA O PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO DOS FORNECEDORES.

6.1 Para o procedimento de habilitação em chamada pública para o PNAE os proponentes devem apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

6.1.1 DOS GRUPOS FORMAIS, DETENTORES DE CAF PESSOA JURÍDICA:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - extrato do CAF Pessoa Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos sessenta dias;

III - prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

VI - declaração de que os alimentos a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII - declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e



VIII - documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme for o alimento a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 40 a 42 desta Resolução.

6.1.2 DO EMPREENDIMENTO FAMILIARES RURAIS - EFR:

I - cópia de inscrição no CNPJ;

II - extrato do CAF Pessoa Jurídica do Empreendimento Familiar Rural;

III - prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao FGTS;

IV - cópia do estatuto social ou contrato social do empreendimento familiar rural e/ou documento análogo;

VI - declaração de que os alimentos a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII - declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e

VIII - documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme for o alimento a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 40 a 42 desta Resolução.

6.2 Na audiência de habilitação e seleção dos alimentos da agricultura familiar, sendo constatada a ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 02 dias, conforme análise da comissão julgadora.

7. ENVELOPE 2 – PROJETO DE VENDA

7.1. No Envelope nº 02 deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme Anexo 01.

7.2. O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos



7.2.1. DOS GRUPOS FORMAIS, DETENTORES DE CAF PESSOA JURÍDICA:

7.2.1.1. projeto de venda assinado pelo seu representante legal;

7.2.1.2. relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo: nome, nº CAF, valor e alimento;

7.2.2. DO EMPREENDIMENTO FAMILIARES RURAIS - EFR:

7.2.2.1. projeto de venda de alimentos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;

7.2.2.2. relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo: nome, nº CAF, valor e alimento;

8. PARA O PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO.

8.1 Após a fase de habilitação, procederá à seleção dos projetos de venda por alimento, observando, obrigatoriamente, duas etapas sucessivas e hierarquizadas.

8.2 Na primeira etapa, os alimentos constantes dos projetos de venda habilitados serão organizados e classificados com base no critério de localidade, observada a seguinte ordem de prioridade:

8.2.1 grupo de projetos de fornecedores locais;

8.2.2 grupo de projetos de fornecedores da região geográfica imediata;

8.2.3 grupo de projetos de fornecedores da região geográfica intermediária;

8.2.4 grupo de projetos de fornecedores do estado; e

8.2.5 grupo de projetos de fornecedores do País

8.3 Os fornecedores de que trata o item 7.2 poderão ser enquadrados como:

8.3.1 fornecedor individual local: aquele cujo município indicado no CAF Pessoa Física coincida com o município da EEx;



8.3.2 grupo informal local: aquele cuja maioria simples dos agricultores familiares integrantes possua CAF Pessoa Física no município da EEx;

8.3.3 grupo formal local: aquele cuja maioria simples dos cooperados ou associados vinculados ao CAF Pessoa Jurídica possua CAF Pessoa Física no município da EEx; e

8.3.4 cooperativa central local: aquela cuja maioria simples dos agricultores familiares vinculados às cooperativas singulares associadas possua CAF Pessoa Física no município da EEx.

8.4 Caso não obtenha, no grupo de projetos de fornecedores locais, as quantidades necessárias de determinado alimento, deverá proceder à seleção dos projetos de venda classificados nos grupos subsequentes, observada a ordem de prioridade estabelecida no 7.2.

8.5 Após a classificação dos projetos de venda com base no critério de localidade, caso persista mais de um projeto enquadrado no mesmo nível de localidade e a necessidade de seleção entre eles, será aplicada a segunda etapa do processo de seleção.

8.6 Na segunda etapa, serão aplicados de forma sucessiva e excludentes, os seguintes critérios de desempate para seleção dos projetos de venda:

8.6.1 projetos que contemplem agricultores familiares assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas, demais povos e comunidades tradicionais e grupos formais e informais compostos por mulheres ou jovens agricultores familiares, não havendo hierarquia entre esses públicos;

8.6.2 projetos que contemplem o fornecimento de alimentos orgânicos ou agroecológicos, devidamente comprovados por meio de certificação válida ou por outros mecanismos de garantia previstos na legislação vigente; e

8.6.3 projetos organizados sob a forma de:

- a) grupos formais;
- b) grupos informais;
- c) fornecedores individuais; e
- d) cooperativas centrais.

8.6.4 O enquadramento nos critérios previstos no 7.6.1 observará o seguinte:



I - no caso de grupo formal, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos cooperados ou associados deverão pertencer a pelo menos um dos públicos prioritários previstos no referido inciso;

II - no caso de grupo informal, todos os seus integrantes deverão possuir CAF Pessoa Física e pertencer a pelo menos um dos públicos prioritários previstos no referido inciso;
e

III - admite-se a composição mista entre os públicos prioritários, sendo vedada a dupla contagem de agricultor familiar pertencente a mais de um desses públicos.

8.7 Os critérios previstos no 7.6 serão aplicados de forma sucessiva e excludente, passando-se ao critério subsequente apenas na hipótese de empate no critério imediatamente anterior.

8.8 Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios, será realizado sorteio ou, havendo consenso entre as partes, poderá ser adotada a divisão do fornecimento.

8.9 Caso os fornecedores classificados em determinado nível de prioridade territorial possuam capacidade para atender integralmente às quantidades demandadas no Edital de Chamada Pública, a seleção será encerrada e o processo seguirá para o procedimento de contratação

9. DAS AMOSTRAS DOS ALIMENTOS.

9.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, quando exigida, cuja data, local e horário de realização serão divulgados por mensagem no sistema, sendo facultada a presença de todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

9.2. A exigência de amostras, nos termos do art. 41 da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, restringe-se aos itens de entrega semanal previstos nesta Chamada Pública, a saber: alface, alho, batata, cebola, cenoura, salsinha, cebolinha e tomate. A limitação da exigência a esses itens justifica-se pela maior frequência e volume de fornecimento, o que os torna mais representativos no cardápio escolar e de maior risco em caso de recorrência de problemas de qualidade, tendo em vista histórico já enfrentado por esta Administração em contratações anteriores. Busca-se, com essa medida, tanto prevenir a repetição de falhas passadas quanto preservar o bom padrão



de qualidade atualmente praticado no fornecimento desses gêneros. Os demais itens, de entrega esporádica ou de menor recorrência, ficam dispensados de amostra prévia, sendo sua qualidade e conformidade verificadas no ato de cada entrega.

9.3. Os testes das amostras serão realizados pelo quadro técnico do Setor de Alimentação Escolar.

9.4. As amostras deverão ser entregues no endereço do Setor de Alimentação Escolar, até 4 dias úteis após a abertura dos envelopes sendo que o(a) fornecedor(a) assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

9.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada para o(s) item(ns) sujeito(s) a amostra. As amostras apresentadas pelos proponentes serão avaliadas pelo Setor de Nutrição/Alimentação Escolar por meio de Análise Sensorial e Organoléptica, sendo atribuído o resultado de APROVADO ou REPROVADO.

9.6. Serão avaliados os seguintes parâmetros:

a) Aparência (Exame Visual)

- O que será avaliado: Cor, integridade física, tamanho e uniformidade do lote de legumes e verduras.
- Critério de Aceitação: Hortaliças folhosas devem apresentar coloração verde característica e uniforme da variedade (sem manchas amarelas ou amarronzadas). Legumes devem estar inteiros, firmes, com formato e tamanho comerciais, sem deformações graves, cortes ou perfurações.
- Motivo de Reprovação: Sinais de murchamento, melamento, presença de pragas visíveis (pulgões, lagartas), podridão ou sujidades aderidas (terra, adubos) que indiquem falta de higiene na colheita.

b) Sabor (Exame Degustativo)

- O que será avaliado: Gosto característico do vegetal in natura ou após cozimento rápido (para raízes e tubérculos).



- Critério de Aceitação: Sabor próprio, característico, fresco e suave da verdura ou legume avaliado.
- Motivo de Reprovação: Presença de sabor estranho, como amargor excessivo (típico de folhas passadas do ponto de colheita), gosto azedo decorrente de início de fermentação, ou sabor químico residual.

c) Aroma (Exame Olfativo)

- O que será avaliado: Odor natural exalado pelo produto.
- Critério de Aceitação: Aroma suave e característico da espécie, denotando frescor e colheita recente.
- Motivo de Reprovação: Odor de mofo, bolor, azedume, terra encharcada ou cheiro de produtos químicos/combustíveis que possam ter contaminado o lote no transporte.

d) Textura (Exame Táctil)

- O que será avaliado: Consistência, turgidez (rigidez das folhas) e grau de maturação ao toque.
- Critério de Aceitação: Verduras de folha devem apresentar-se turgidas, crocantes e firmes, sem talos excessivamente lenhosos (duros). Legumes e raízes (como cenoura e chuchu) devem possuir consistência rígida e firme ao toque.
- Motivo de Reprovação: Folhas murchas, amolecidas ou quebradiças. Legumes e raízes murchos, esponjosos, fibrosos ou moles ao toque.

9.7. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.



9.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

9.10. Os alimentos in natura, sem nenhum tipo de processamento e de origem vegetal, não necessitam de registro sanitário. Os alimentos que sofrem algum tipo de processamento devem atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pelos serviços de inspeção e controle da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa (Ministério da Saúde), ou seus postos (Vigilâncias Sanitárias - VISAs estaduais, distrital e municipais), responsável pela avaliação sanitária no comércio varejista de alimentos de origem vegetal, animal e demais alimentos processados. Informações no link de acesso: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/snvs/inclusao-produtiva>.

9.11. O disposto na legislação do Ministério da Agricultura e Pecuária, responsável por todos os alimentos de origem animal, inclusive ovos e mel, e que necessitam de registro sanitário. Informações sobre a inspeção de alimentos de origem animal, inspeção de alimentos de origem vegetal, registros de estabelecimentos e alimentos, legislação alimentos orgânicos, Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa, no link de acesso: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesaagropecuaria>.

9.12. Sobre a agroindústria familiar observar as orientações da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar - Seab, das Superintendências Federais do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Informações no link de acesso: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>.

9.13. Imediatamente após a fase de seleção dos projetos de venda, ocorrerá a apresentação das amostras dos alimentos que passaram por algum tipo de processamento, de fornecedores(as) classificados provisoriamente em primeiro lugar (e assim sucessivamente até a classificação final). Estas servirão para a avaliação e seleção dos alimentos (itens) a serem adquiridos para o PNAE.

9.14 Para os alimentos que dependem de matéria prima de época, as amostras podem ser agendadas conforme o período de safra do alimento que constitui matéria prima



para item processado a ser comercializado, podendo contar no contrato essa possibilidade.

9.15. Orienta-se verificar a Portaria da Anvisa nº 523, de 29 de março de 2017, que institui o Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária - Praissan, link de acesso: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/snvs/inclusao-produtiva> e http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/PRT_523_2017_.pdf/ee8bba0e-1e8f-408d-81e3-d5c748c7a499.

10. ENTREGA DOS ALIMENTOS.

10.1 Os alimentos a serem entregues ao contratante devem ser os definidos nesse Edital de Chamada Pública, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que:

- a) os alimentos substitutos constem na mesma chamada pública, com realização de pesquisa de preço previamente ao edital de compras;
- b) sejam correlatos nutricionalmente;
- c) a substituição deve ser atestada pelo Responsável Técnico do PNAE, com acompanhamento e respaldo do CAE;
- d) Com a substituição realizada, o parecer do nutricionista e a justificativa do fornecedor solicitando a substituição dos alimentos devem ser anexados ao processo de compra, a nota fiscal deverá ser do alimento substituído, realmente comercializado; e
- e) Por se tratar de substituição, a quantidade a ser substituída deverá ser equivalente ao preço do alimento anterior.

10.2 As entregas dos alimentos serão de responsabilidade dos(as) fornecedores(as) da agricultura familiar contratados(as) e deverão ser realizadas semanalmente na Divisão de Merenda Escolar, já separado nas quantidades, conforme documento de detalhamento enviado.

10.3 Os alimentos contratados não poderão ter sua composição (receita) alterada ao longo do contrato.



10.4 O alimento apresentado que, eventualmente, estiver em desacordo com as especificações técnicas de qualidade descritas neste Edital e/ou com algum resultado insatisfatório em quaisquer das avaliações de qualidade realizadas não será recebido pelo(a) contratante

10.5 As datas e os horários das entregas dos alimentos devem ser organizados de forma que não ocorram entregas fragmentadas nem fora do horário de funcionamento dos locais receptores. No caso de ocorrerem imprevistos, o(a) fornecedor(a) deverá comunicar o responsável pelo recebimento dos alimentos e combinar uma nova data de entrega.

10.6 A entrega deverá ser atestada por meio da assinatura do termo de recebimento. Esse documento deve ser assinado em duas vias, pelo(a) fornecedor(a) (ou seu representante) e pelo(a) representante da contratante, ficando cada um com uma cópia. Esse termo deve registrar todos os alimentos, quantidades e valores, respectivamente, pois comprova que os alimentos entregues são exatamente aqueles objetos do contrato assinado entre as partes.

10.7 As quantidades de cada alimento deverão ser conferidas por meio de pesagem em balança. As quantidades a serem registradas no termo de recebimento deverão corresponder ao peso apresentado na balança, não podendo haver diferença inferior ou superior a 500 gramas.

10.8 Os alimentos que, após a inspeção, estiverem em desacordo com as especificações e exigências higiênico-sanitárias estabelecidas pela legislação vigente da Anvisa e do Ministério da Agricultura e Pecuária não serão recebidos pelo(a) contratante. Esta deverá registrar, no termo de recebimento, os alimentos em desacordo com a legislação vigente e informar sua substituição em até 48 horas, sem ônus para si, sob pena de aplicação de penalidades caso isto não ocorra. Após esse prazo, a contratante não será obrigada a receber a reposição dos alimentos.

a) Se o prazo estabelecido for insuficiente para o atendimento, deverá ser apresentada justificativa formal pelo(a) fornecedor(a), que poderá ser acolhida ou não. Não havendo a reposição do alimento, o(a) contratado(a) não receberá por esses itens.

10.9 Se houver entrega de alimentos orgânicos, esta deverá obedecer ao disposto na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, para registro e renovação de registro de matérias-primas e



alimentos de origem animal e vegetal orgânicos junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

10.10 Os contratos pactuados entre o ente público e os(as) fornecedores(as) da agricultura familiar serão regidos pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.11 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em portal eletrônico oficial.

10.12 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, e demais comunicações legais entre as partes.

10.13 A Administração convocará regularmente o proponente vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 03 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

a) o prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

b) será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os proponentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo proponente vencedor; e

c) decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital de compras sem convocação para a contratação, ficarão os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.14 Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

10.15 O prazo de vigência da contratação é de 01 de junho de 2026 até 01 de junho de 2027, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



a) o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

10.16 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. a) é proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

10.17 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

10.18 São partes integrantes do contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente Edital, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelos fornecedores da agricultura familiar e que deram suporte a classificação da Chamada Pública.

10.19 Os fornecedores da agricultura familiar vencedores do certame devem manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Chamada Pública, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

10.20 É vedada a subcontratação do objeto desse Edital de Chamada Pública, ou seja, a produção dos alimentos deve ser própria de cada fornecedor da agricultura familiar inserido no projeto de venda e contratado.

11. PAGAMENTO DOS(AS) FORNECEDORES(AS) DO PNAE.

11.1 O pagamento será realizado até 30 dias após a última entrega do mês, através de depósito em conta bancária do(a) contratado(a), conforme informado no projeto de venda, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento. Os documentos fiscais de que trata este artigo devem ser emitidos em nome da EEx e identificados com o nome do FNDE e do PNAE.



11.2 Fica vedado o atraso no pagamento dos(as) contratados(as), uma vez que o repasse do recurso federal realizado pelo FNDE é mensal, salvo atraso deste órgão federal.

11.3 Fica vedada a solicitação de documentação aos contratados como condição de pagamento ou regularidade fiscal junto a EEx, uma vez que, toda documentação já fora apresentada no procedimento de habilitação.

11.4 Nos casos em que o agricultor familiar, o empreendedor familiar rural ou suas organizações ainda não estiverem aptos a receber pagamento por meio de cartão magnético, será permitido à EEx e/ou à UEx realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, conforme art. 49, § 5º, da Resolução do FNDE nº 4/2026.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

12.1 Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

12.2 São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente Edital e à execução do contrato

12.3 Todo procedimento de compra da agricultura familiar para o PNAE já foi analisado e aprovado pela Procuradoria Federal do FNDE, conforme o art. 29 ao 39 da Resolução FNDE nº 6/2020, inclusive os modelos do anexo V ao VIII (ou aqueles que o substituírem), sendo assim, dispensável a análise jurídica da EEx, pois constitui ato da autoridade jurídica máxima competente, que considera de baixa complexidade a contratação, a utilização de minuta de edital, pesquisa de preço, projeto de venda e instrumento de contrato, previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico federal, conforme o art. 53, § 5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.4 É facultado à comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Chamada Pública, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

12.5 A EEx poderá revogar a presente Chamada Pública por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para



justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.6 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

12.7 O presente edital e seus anexos, bem como todo o processo de compra por meio de chamada pública estão disponíveis pelo portal ibiuna.sp.gov.br, para visualização e cópias.

12.8 As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às linhas de defesa, conforme art. 169 ao art. 173 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.9 O foro para dirimir questões relativas a esta Chamada Pública será o da Justiça de Ibiúna, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXOS

ITEM I - MODELO DE PROJETO DE VENDA;

ITEM II - MINUTA DE CONTRATO.

ITEM III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA;

ITEM IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE LIMITE DE CAF; E

Ibiúna - SP, 24 de julho de 2026.

SEBASTIÃO LATARULO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ANEXO I – MODELO DE PROJETO DE VENDA

Projeto de venda de alimentos da agricultura familiar para o PNAE - Chamada Pública nº, de/...../202.....	
1. Dados do grupo formal	
1. Nome Grupo Formal:	
2. CNPJ:	7. E-mail:
3. Nº do CAF Pessoa Jurídica (PJ):	8. Fone:
4. Endereço:	
5. Nº de associados/cooperados:	
6. Nº de associados/cooperados com CAF PF no projeto:	
2. Representante legal	
1. Nome do representante legal:	
2. CPF:	5. E-mail:
1. Fone:	6. Celular:



4. Endereço:				
3. Dados bancários (cooperativa, associação, EFR).				
1. Banco:				
2. Agência:				
3. Conta Corrente:				
4. Identificação do(a) fornecedor(a) da agricultura familiar.				
1	Nome do(a) agricultor(a)	Se pertence a segmento de PCT informal qual	Nº CAF Pessoa Física	Gênero (feminino, masculino, outros)
2				
3				
4				
Inserir quantas linhas forem necessárias				
5. Relação dos alimentos por agricultor(a)*				



1. Nome do(a) agricultor(a):					
Item	Alimento	Unidade	Quantidade	Preço de aquisição**	
				Total	Preço
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
3				R\$	R\$
4				R\$	R\$
5				R\$	R\$
6				R\$	R\$
Inserir quantas linhas forem necessárias					
Valor total da proposta do agricultor				R\$	
* Repetir essa tabela para todos os membros do Grupo Formal ** Preço publicado na Chamada Pública nº					
6. Totalização dos alimentos e valor total do projeto de venda do Grupo Formal por item*					



	Alimento	Unidade	Quantidade	Preço de aquisição*	
1				Unitário	Total
				R\$	R\$
2				R\$	R\$
3					
4					
Inserir quantas linhas forem necessárias					
* Valor total do projeto de venda				R\$	
7. Cronograma de entrega dos alimentos					
Nome Agricultor (a) Familiar:		2. Alimento	3. Cronograma e periodicidade de entrega*		
		1			
		2			
		3			



	4		
Valor total agricultor		R\$	
Inserir quantas linhas forem necessárias			
*De acordo com a Chamada Pública nº			
8. Dados da Entidade Executora			
() Entidade Executora:			
() Unidade Executora:			
Endereço:			
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento próprio de cada agricultor familiar.			
Nome do representante do Grupo Formal:			
Assinatura do representante do Grupo Formal:			
Local e data:			



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA N° _____)

Eu, _____ representante da
Cooperativa/Associação/ EFR _____,
com CNPJ n° _____ e CAF Jurídica
n° _____, declaro, para fins de participação na Chamada Pública n°
...../2026 realizada pela Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna para fornecimento
de produtos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros
alimentícios relacionados no projeto de venda são oriundos de produção dos
cooperados/associados que possuem CAF física e compõem esta
cooperativa/associação.

_____, _____, _____, de _____ de 2026

Assinatura



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE LIMITE DE CAF

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS) E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS

O(A) (nome do Grupo Formal) _____,
CNPJ nº _____, CAF jurídica nº _____
com sede _____, neste ato
representado(a) por (nome do representante legal de acordo com o Projeto de Venda)
_____, portador da Cédula de Identidade RG nº
_____, CPF nº _____, nos termos do Estatuto Social,
DECLARA, para fins de participação na Chamada Pública nº/2026, realizada pela
Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna para fornecimento de produtos pelo Programa
Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que se responsabilizará pelo controle do
limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores
de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$
40.000,00 (quarenta mil reais) por CAF/ ANO CIVIL/ ENTIDADE EXECUTORA referente
à sua produção, considerando os dispositivos da Lei n 11.947/2009 e na Resolução
CD/FNDE nº 04/2026 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
e demais normativos, no que couber.

_____-_____, _____, de _____ de 2026

Assinatura



ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº, DE/...../202....

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº, DE/...../202....

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº, DE/...../202....

A (Entidade Executora PNAE), pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua, nº, inscrita no CNPJ sob nº, representada neste ato pelo(a) Sr. Prefeito(a) Municipal,, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20...., publicada no DOU de de de, doravante denominado Contratante, e por outro lado o (a) Sr.(a), (nome do grupo formal ou fornecedor individual), situado na Av., nº....., em/....., inscrita no CNPJ sob nº, (se grupo formal), ou CPF sob nº (se grupos informais e fornecedor individual), doravante denominado(a) Contratado(a), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e Resoluções vigentes do FNDE, a legislação de contratos administrativos públicos, art. 89 a art. 194 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Processo administrativo nº, de/...../202...., Edital de Chamada Pública nº....., de/...../202...., aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente contrato administrativo público mediante as cláusulas que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato de fornecimento é a aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar, para estudantes da rede de educação básica pública, com recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, nas condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública nº....., de/..../202...., e seus anexos, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1.2 Objeto da contratação:



Nº	Produto	Descrição	Und	Qntd.	PREÇO DE AQUISIÇÃO (R\$)	
			Kg		R\$	R\$
			Kg		R\$	R\$
			Kg		R\$	R\$
Valor total do Contrato						R\$

1.3 São anexos a este Instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4 O descritivo dos itens e pesquisa da média de preço realizada pela Entidade Executora conforme rege Resoluções do FNDE;

1.5 O Edital de Chamada Pública, a autorização de contratação conforme rege o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, e resoluções do FNDE, no âmbito do PNAE;

1.6 Anexos com os documentos dos proponentes e avisos;

1.7 Os projetos de venda dos proponentes; e

1.8 Ata de adjudicação da seleção e ato de publicização do resultado em órgão oficial.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO E PAGAMENTO

2.1 Para viabilizar a execução do objeto desse contrato será utilizado somente dotação orçamentária repassada pelo FNDE, no âmbito do PNAE, Ação Orçamentária nº



.....ou Nota de Empenho nº (indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica).

2.2 Pelo fornecimento dos alimentos, conforme item 1.2 deste documento, o(a) contratado(a) receberá o valor total de R\$ (.....).

2.3 Nos casos em que o(a) agricultor (a)familiar, o(a) empreendedor(a) familiar rural ou suas organizações ainda não estiverem aptos a receber pagamento por meio de cartão magnético, será permitido à EEx e/ou à UEx realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, conforme art. 49, § 5º, da Resolução do FNDE nº 04/2026.

2.4 O(a) contratante, após o recebimento do Termo de Recebimento e notas fiscais, ter tramitado o processo para instrução e liquidação, efetuará o pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, em nome do(a) contratado(a), no Banco Agência nº, conta corrente nº

2.5 Não haverá atrasos no pagamento dos(as) fornecedores(as) da agricultura familiar, uma vez que, os repasses do FNDE ocorrem mensalmente, e os(as) agricultores(as) dependem desse valor para reaplicar na produção.

2.6 Não será efetuado qualquer pagamento ao(à) contratado(a) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.7 O(a) contratante que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do(a) contratado(a) fornecedor, deverá pagar multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,1% (zero vírgula um) ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais dos recursos do FNDE em tempo hábil.

2.8 No ato do pagamento não deverá ser solicitada comprovação da manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade fiscal e demais documentação exigida no Edital da Chamada Pública nº, de//..../202....

3. CLÁUSULA TERCEIRA - LIMITE MÁXIMO DE COMERCIALIZAÇÃO POR CADASTRO NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR - CAF, POR UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO AGRÁRIA - UFPA, POR ANO CIVIL E POR ENTIDADE EXECUTORA - EEX.



3.1 Para a comercialização com fornecedores(as) individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados devem respeitar o valor máximo de comercialização no total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF ou NIS, por ano civil, por EEx.

3.2 Para a comercialização com grupos formais e Empreendedores Familiares Rurais - EFR, o valor máximo a ser contratado com a pessoa jurídica deve considerar o resultado da multiplicação do número de fornecedores com CAF Pessoa Física, inscritos no CAF Pessoa Jurídica, pelo valor individual de comercialização, utilizando-se a seguinte fórmula:

$VMC = NAF \text{ com CAF Pessoa Física} \times \text{valor individual de comercialização}$, até o limite máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

VMC: valor máximo a ser contratado de grupos formais e EFR.

NAF: número de associados/cooperados, com CAF Pessoa Física, inscritos no CAF Pessoa Jurídica, com produção própria de cada alimento, integrantes do projeto de venda.

3.3 Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda, nos casos de comercialização com os grupos formais.

3.4 Cabe às EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda, nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores(as) individuais. A estas também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações, nos casos de comercialização com grupos formais.

4. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 O prazo de vigência da contratação é de/....../202.... a/....../202...., contados do(a), na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



4.3 No momento da contratação e a cada exercício financeiro, deverá se observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando o contrato ultrapassar um exercício financeiro.

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, ressalvada a hipótese prevista no art. 33, parágrafo único, da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, que autoriza o agricultor familiar a celebrar contrato exclusivamente para fins de beneficiamento dos alimentos com outros estabelecimentos, desde que a matéria-prima seja de produção própria e seja assegurada a rastreabilidade do alimento beneficiado.

5. CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA DOS ALIMENTOS

5.1 Os alimentos serão entregues conforme cronograma do item 2 deste documento. O recebimento dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das notas fiscais de venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega;

5.2 As notas fiscais apresentadas deverão ser emitidas em nome e no CNPJ da EEx do PNAE (município/estado);

5.3 Os custos com fretes, cargas e descargas dos alimentos adquiridos são de responsabilidade dos(as) contratados(as);

5.4 No ato da entrega, os alimentos deverão estar embalados de acordo com as especificações estabelecidas no edital, respeitando também as quantidades estabelecidas para cada alimento;

5.5 Os alimentos serão inspecionados no ato da entrega e aqueles que não se adequarem às especificações serão devolvidos e deverão ser repostos no prazo de 48 horas;

5.6 A troca de alimentos que apresentarem qualquer tipo de problema relacionado à qualidade dos mesmos, quando dentro do prazo de validade, deverá ser realizada pelos(as) contratados(as) no prazo de 48 horas a contar da comunicação do fato;

5.7 O não cumprimento das determinações do Edital de Chamada Pública quanto às entregas, quantidades e qualidade dos alimentos, submete o bloqueio dos pagamentos pela(o) contratante, até que o(a) contratado(a) fornecedor solucione as pendências;



5.8 As embalagens de um modo geral devem ser secas, limpas, livres de qualquer matéria estranha, ser resistentes e conferir proteção ao alimento. Os materiais utilizados internamente na embalagem devem ser novos e de boa qualidade de forma a evitar danos aos alimentos. Os papéis envoltórios, selos, rótulos e/ou etiquetas devem ser inócuos, inodoros e as tintas e colas devem ser atóxicas;

5.9 Não será permitido, nas embalagens, emendas ou remendos que ocasionem a modificação do espaço interno original;

5.10 Não será permitido o reaproveitamento de embalagem que tenha sido utilizada para o acondicionamento de defensivos agrícolas, fertilizantes, rações, similares ou alimentos;

5.11 Nenhum componente da embalagem (matéria-prima e acessórios) poderá conter resíduos prejudiciais ao alimento acondicionado e/ou a saúde humana;

5.12 Os materiais utilizados nas embalagens devem estar em conformidade com as normas e recomendações de saúde e higiene e devem ser capazes de proteger os alimentos embalados;

5.13 O quantitativo de alimentos de cada entrega poderá ser alterado pelo(a) contratante quando houver mudança no calendário escolar ou por motivo de força maior, comunicando em tempo hábil ao(a) contratado(a);

5.14 Para entrega de alimentos orgânicos, deve-se cumprir o disposto na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, para registro e renovação de registro de matérias primas e alimentos de origem animal e vegetal orgânicos junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária; e

5.15 Para entrega de alimentos de origem animal, deve-se possuir documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal.

6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO(A) CONTRATANTE

6.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato;

6.2 Comunicar o(a) contratado(a) todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto do contrato;



6.3 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo(a) contratado(a);

6.4 Emitir, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de um mês para tomada de decisão, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

6.5 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de seus representantes, intervindo nos casos previstos em lei e na forma deste contrato, visando proteger o interesse público;

6.6 Autorizar os pagamentos de faturas, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para fiel execução do objeto do contrato;

6.7 Efetuar pagamento ao(à) contratado(a) de acordo com a forma e prazo estabelecido nesse contrato;

6.8 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados e aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no contrato;

6.9 Designar e apresentar ao(a) contratado(a) o responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato; e

6.10 O(a) contratante deverá manter em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de cinco anos, a partir da conclusão da análise da respectiva prestação de contas pelo FNDE e da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC, pelo TCU, os documentos referentes à prestação de contas, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com recursos do PNAE, ainda que a execução esteja a cargo das respectivas unidades escolares. Esses documentos deverão ser disponibilizados, sempre que solicitado, ao TCU, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao CAE.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO(A) CONTRATADO(A)



7.1 O(a) contratado(a) se compromete a fornecer os alimentos da agricultura familiar ao(à) contratante conforme descrito no item 1 desse contrato;

7.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para a habilitação e qualificação exigidas no Edital de Chamada Pública;

7.3 Garantir a qualidade do(s) alimento(s), obrigando-se a repor, no local onde esteja armazenado, aquele que apresentar defeito dentro do prazo de validade;

7.4 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desse contrato, ressalvada a hipótese prevista no art. 33, parágrafo único, da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, que autoriza o agricultor familiar a celebrar contrato exclusivamente para fins de beneficiamento dos alimentos com outros estabelecimentos, desde que a matéria-prima seja de produção própria e seja assegurada a rastreabilidade do alimento beneficiado;

7.5 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.6 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados ao(à) contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto do contrato;

7.7 Comunicar por escrito, ao fiscal designado pelo(a) contratante para fiscalizar e acompanhar a execução contratual, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários;

7.8 Cumprir a legislação sanitária expedidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

7.9 Guardar pelo prazo de cinco anos, cópias das notas fiscais de venda, ou congênere, dos projetos de venda, contrato e demais documentos afins, estando à disposição para, se necessário, comprovação;

7.10 Orientar, se necessário, a equipe do(a) contratante quanto à correta armazenagem dos alimentos;



7.11 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

7.12 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente ao(à) contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante; e

7.13 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

8. CLÁUSULA OITAVA - RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

8.1 A EEx do PNAE quando comprar alimentos de grupos informais e fornecedores individuais (produtores rurais pessoas físicas), ficam obrigadas a reter e recolher a contribuição devida pelo Produtor Rural Pessoa Física na qualidade de sub-rogada da obrigação, por força do art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do art. 159, incisos IV e V, da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022. Os valores devidos pelo(a) agricultor(a) familiar individual e grupo informal devem ser recolhidos com base no Manual EFD-REINF, Capítulo III, item 2.6, Evento R-2055, art. 159 da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022.

8.2 A EEx quando comprar alimentos de grupos formais da agricultura familiar, a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento é das cooperativas ou associações, por força art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, visto que estes adquirem de produtores rurais pessoas físicas.

9. CLÁUSULA NONA - ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 O acompanhamento e fiscalização será exercido pelo fiscal deste contrato o(a) Sr.(Sr^a), CPF nº (cargo) que ficará disponível para



responder ao(à) contratante e ao(à) contratado, ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outros atores sociais.

9.2 Na ausência do fiscal do contrato conforme item 9.1, o substituto será o(a) Sr.(Srª) CPF nº (cargo).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO

10.1 A publicação do extrato do presente contrato deverá ser providenciada pelo(a) contratante em até dias subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União e demais portais eletrônicos oficiais;

10.2 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a eficácia desse contrato e de seus aditamentos, e deverá ocorrer no prazo de dez dias úteis, contados da data de sua assinatura.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11.1 Entre as prerrogativas concedidas para a administração pública, no regime jurídico dos contratos, consta a possibilidade de:

- a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do(a) contratado(a);
- b) extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- c) fiscalizar sua execução;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e
- e) ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

1. risco à prestação de serviços essenciais; e



2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

11.2 As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do(a) contratado(a).

11.3 Na hipótese prevista na alínea "a" do item 11.1, deste documento, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 É proibido ao(à) contratante retardar imotivadamente a entrega dos alimentos, conforme cronograma do item 1.2 desse documento, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

12.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA CONTRATUAL

13.1 Não será exigida garantia contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO E PREÇOS

14.1 O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pelo(a) contratante:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos; e



b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço; e

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.2 Na hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro, o direito à revisão de preços pode ocorrer a qualquer tempo, desde que comprovado o expressivo aumento de preços decorrente de fatores imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis, a teor do que está previsto no art. 124, II, alínea "d", da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, por acordo entre as partes.

14.3 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 15.1, deste documento, o(a) contratado(a) será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). Essas alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

14.4 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do(a) contratado(a), o(a) contratante deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.



14.5 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.6 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14.7 Os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado; e

IV - empenho de dotações orçamentárias.

14.8 O prazo para resposta ao(à) contratado(a) sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de dias.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REAJUSTE

15.1 Independentemente do prazo de vigência desse contrato, considerando a data-base vinculada à data do orçamento, o reajustamento de preço seguirá:

I - O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC), calculado pelo IBGE; e/ou

II - O Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e calculado com base em outras três taxas: Índice de Preços por Atacado - IPA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice



Nacional do Custo da Construção - INCC, com data-base vinculada à data do orçamento.

III - O prazo para resposta ao(à) contratado(a) quanto ao pedido de reajuste de preço será de dias.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EXTINÇÃO E NULIDADE DO CONTRATO

16.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 ao art. 139 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.2 Constatada irregularidade no procedimento de Chamada Pública ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos descritos no art. 147 e art. 148 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.3 A nulidade não exonerará o(a) contratante do dever de indenizar o(a) contratado(a) pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

16.4 Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de Chamada Pública por irregularidades ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até três dias úteis antes da data de abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em portal eletrônico oficial no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



17.3 Dos atos do(a) contratante cabem recurso conforme disciplinado no art. 165 ao art. 168 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.4 O(a) contratante ou o(a) contratado(a) será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no art. 155, com as respectivas sanções descritas no art. 156 ao art. 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1 Esse contrato será executado respeitando os critérios de sustentabilidade ambiental, relacionados a menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos, menor presença de materiais perigosos ou tóxicos, maior vida útil, com possibilidade de reutilização ou reciclagem, e geração de menor volume de resíduos.

18.2 Compete ao(à) contratante e ao(à) contratado(a), no que couber, atender a matéria regida pelo art. 144 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.3 O(a) contratado(a) se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pela produção e entrega dos alimentos ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante ao(à) contratante, pelos eventuais prejuízos causados ao interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

19.1 Poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.

19.2 A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.

19.3 Os contratos poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.



19.4 O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1 Na execução desse contrato serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao Edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

20.2 A execução desse contrato será regida pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, Resoluções vigentes do FNDE e o Edital de Chamada Pública nº....., de/...../202.....; pela legislação de contratos administrativos públicos, art. 89 a art. 194 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

20.3 Os casos omissos serão decididos pelo(a) contratante, de acordo com a legislação aplicável a execução de contratos administrativos públicos, subsidiariamente às normas e princípios gerais dos contratos.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

21.1 É competente o Foro da Seção Judiciária-..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser resolvidos pela conciliação e pelos meios alternativos de resolução de controvérsias.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

..... -, de de 202....



.....

Contratado(a) Prefeito(a) Municipal

Testemunhas:

1.

2.



ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO: Nº ____/2026

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.



2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

3. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
Ibiúna
TRABALHANDO PARA VOCÊ!



Secretaria de
EDUCAÇÃO

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES):

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

FISCAL(IS):

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____